



ACÓRDÃO Nº853/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11393/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Zeno Lanzini.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Iolanda Silva Lira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio Azevedo de Lira - OAB/AM 5.474
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3679/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Zeno Lanzini. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a prestação de contas da **Sra. Iolanda Silva Lira**, Diretora da Policlínica Zeno Lanzini (U.G. 17.118), referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 22, III, “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM em razão das seguintes impropriedades:

10.1.1. Realização de despesas sem autorização legislativa, levando o Balanço Patrimonial a apresentar déficit financeiro;

10.1.2. Ausência de processos licitatórios em contratações/compras feitas pelo órgão;

10.1.3. Ausência de comprovação dos gastos no montante total de **R\$ 934.570,90**;

10.2. Considerar em Alcance a **Sra. Iolanda Silva Lira** no valor de **R\$ 934.570,90** (novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e noventa centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por



ACÓRDÃO Nº853/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

descumprimento de/pelas improbidades apontadas;

- 10.3. Aplicar Multa à Sra Iolanda Silva Lira** no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido a:

10.3.1. Realização de despesas sem autorização legislativa, levando o Balanço Patrimonial a apresentar déficit financeiro;

10.3.2. Ausência de processos licitatórios em contratações/compras feitas pelo órgão;

10.3.3. Ausência de comprovação dos gastos no montante total de **R\$ 934.570,90**;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa à Sra. Iolanda Silva Lira** no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), por não ter respondido, no prazo fixado, sem justa causa, à diligência desta Corte de Contas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Dar ciência** da presente decisão:

10.5.1. à Sra. Iolanda Silva Lira;

10.5.2. à Policlínica Zeno Lanzini, e ao Ministério Público Estadual encaminhando-lhes cópia do Relatório-Voto, bem como do Laudo Técnico e do Parecer Ministerial;



ACÓRDÃO Nº853/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral